

ANÁLISE
DA
HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS ANGOLANAS
(1575-1680)

Miguel Júnior*

Introdução

No quadro da defesa das conquistas de Portugal, António de Oliveira de Cadornega partiu, como soldado, para o reino de Angola. Mas, ao longo dos quarenta anos no reino de Angola, ele ouviu, leu e presenciou várias acções de guerra entre portugueses e autóctones, entre autóctones e autóctones, entre holandeses e portugueses e entre holandeses e autóctones contra portugueses, etc. Por tudo o que ele registou, ao longo dos tempos, resolveu escrever a obra intitulada: *História Geral das Guerras Angolanas* (três volumes).

Esta obra espelha um conjunto de acontecimentos de cariz belicoso, e outros, que tiveram lugar entre 1575 e 1680. A obra de António de Oliveira de Cadornega é um documento histórico por excelência e um marco de referência, porquanto fornece uma ideia global de eventos do período em referência. Devido à sua natureza e originalidade, a *História Geral das Guerras Angolanas* deve ser objecto de estudo no âmbito da história militar e não só. Por esta razão, o objectivo deste estudo é interpretar a natureza dessas guerras e analisá-las desde um ponto de vista crítico, tendo como suporte algumas teorias que se ocupam com o fenómeno guerra e afins. Por isso, o objecto deste estudo é as guerras de 1575 a 1680, mas sem descurar outros aspectos.

É importante investigar as guerras que relata António de Oliveira de Cadornega do ponto de vista histórico e militar, na medida em que elas possibilitam ver os primórdios do processo da conquista de Angola e permite estudar as fases por que tudo passou. Também o seu estudo nos apetrecha de dados a respeito das acções de junção das terras que hoje constituem Angola. Além de fornecer elementos sobre a organização política e militar dos povos que habitavam o território, bem como em relação ao modo como eles interagiram com os conquistadores.

* Ph.D. em História e em Gestão Estratégica

Além disso, permite obter informações sobre a forma como foram feitas certas alianças e ver como se compactuaram os interesses internos e externos, bem como dá para nos familiarizarmos com as adversidades da época. Também, com o estudo da sua obra, podemos perceber questões idiossincráticas de certos povos de Angola e ficar com uma ideia acerca dos excessos resultantes do conflito de interesses e do choque das culturas. Por tudo isso e outras coisas, é indispensável estudar a obra de António de Oliveira de Cadornega. Assim está expressa, em poucas palavras, a importância deste estudo histórico-militar.

Entretanto, este estudo encontra-se estruturado de modo a corresponder aos objectivos propostos. Assim, as ideias estão estruturadas em três partes. Tudo começa com uma caracterização sobre Portugal e povos que habitavam a África Central Ocidental nos séculos XVI e XVII, visto que sem essa descrição fica difícil produzir uma reflexão equilibrada. O passo seguinte prende-se com a descrição e o estudo das guerras.

A seguir aparece a reflexão teórica a partir da Polemologia, da Sociologia do Conflito e da Teoria de Combate, seguida de outras considerações (aspectos militares das partes envolvidas). Enquanto a primeira e a segunda partes são descritivas e analíticas, a terceira parte é analítica e crítica porque só assim é possível situar correctamente as guerras espelhadas na obra *História Geral das Guerras Angolanas*. Na parte final do estudo, como não podia deixar ser, constam as conclusões.

I Portugal e a África Central Ocidental (Sécs. XVI – XVII)

O que era Portugal nessa época? Portugal era uma unidade política europeia autónoma. Autonomia (independência) conquistada nos meados do século XII. É, para bem dizer, a primeira formação política da Europa. Como unidade política independente, existia há quatro séculos. O seu nível de organização política, económica e militar situava-se entre o medieval e (encontrava-se em processo de transição) o moderno. E Portugal já tinha larga experiência no domínio da vida de relação com outros povos, quer devido às acções de reconquista ocorridas entre os séculos XII e XIII, quer por motivos da expansão medieval de carácter comercial. Isso fez Portugal estabelecer contactos com o eixo mediterrânico, com as regiões do Norte europeu e com o conjunto hispânico.

Os contactos de Portugal multiplicaram-se no decorrer dos séculos XIV e XV, aparecendo então, no fim do século XV, com um discurso de nação e com a maior frota marítima militar da época. Foi com esta unidade política, que se encontrava presente em muitos pontos do mundo, que os povos da África Central Ocidental estabeleceram contactos, a partir de 1482.

Indo directamente aos factos, há que destacar a seguinte realidade. A Europa deparou-se com muitas dificuldades após o longo período de tempo em que ficou arredada do mediterrâneo, o que obrigou forçosamente certos países europeus a iniciar a fuga para frente, em busca de saídas para suprir o grau de dificuldades com que se debatiam. Nesse contexto, Portugal tomou a dianteira devido às suas condições geográficas, ao seu posicionamento geoestratégico e à sua inserção no Atlântico. Portugal, nesta altura, já acumulava larga experiência no domínio da navegação marítima e era, de longe, a unidade política mais expressiva no domínio marítimo. Em consequência, ocorreu a conquista da praça de Ceuta (1415). Essa conquista abriu um novo capítulo na história de Portugal e criou outras perspectivas.

A “Expansão Quatrocentista Portuguesa” é o marco que assinalou o advento dos tempos modernos para Portugal e para outros povos. A prova está no impacte que teve a conquista de Ceuta no seio das sociedades portuguesa e europeias, o que alargou sobremaneira o horizonte político e económico e social dos portugueses e de outros povos europeus. Os resultados dessa conquista, associados à conjuntura que prevalecia na Europa, permitiram configurar uma linha de pensamento que serviu de esteio para Portugal continuar, no século XV, as expansões ultramarina e atlântica. O êxito da empreitada abriu as portas para a fase da “Navegação Oceânica, da Exploração Geográfica e da Conquista Militar”.

O pensamento português, no domínio das expansões ultramarinas e atlânticas, consolidou-se muito mais porque os portugueses conjugavam várias questões, o que esteve na origem de uma política nacional concertada. A política nacional em destaque centrava-se sobretudo sobre a conquista, a navegação e o comércio ultramarino. Estes são os princípios que nortearam a conduta portuguesa. Daqui para frente, a tarefa consistiu em prosseguir com a exploração atlântica. Conforme os dividendos se avolumavam, as acções avançavam, no seu curso, apesar dos contratemplos.

Como produto das acções exploratórias (1482-1503), Portugal chegou, entretanto, a África Central Ocidental. Assim começaram os contactos com os povos que habitavam a região.

Mas que comunidades encontraram os exploradores portugueses? Que níveis de organização possuíam essas comunidades? Que contactos elas mantinham com o mundo exterior? Há várias questões a ponderar e a interiorizar. Vamos, em primeira-mão, caracterizar os povos da África Central Ocidental, à luz dos dados da historiografia.

Antes da abertura ao Atlântico, as comunidades da África Central, de um modo geral, eram isoladas e não mantinham contactos com o atlântico, apenas interagiam umas com as outras como podiam. As relações intercomunitárias estabeleciam-se no hinterland (Roland Oliver, 1999, p.141). Comparativamente com a África Ocidental e Oriental, a África Central possuía outro tipo de instituições e estava, em certa medida, atrasada. A África Central não tinha ligações com o atlântico e não estabelecia contactos comerciais. As suas comunidades viviam de economias piscícolas e hortícolas. E habitavam sobretudo em regiões onde existiam cursos de água. Mas já dominavam o ferro e produziam instrumentos de ferro. Alguns reinos tinham organização política e social. E os povos da região eram, na sua maioria, da mesma estirpe – bantu. Pontualizando, no entanto, um pouco mais a situação na África Central Ocidental, os portugueses estabeleceram directamente contactos com dois reinos: o Congo e o Ndongo (Mbundu).

O reino do Congo, por sinal, era o maior reino de África ao sul do Saara e o único que se encontrava na linha da costa atlântica. Reino, provavelmente, fundado entre o fim do século XIV e o começo do século XV. Encontrava-se estruturado hierarquicamente, e possuía chefias bem diferenciadas (Roland Oliver e J. D. Fage, 1980, pp.139-140). Quanto ao reino do Ndongo, o mesmo esteve durante certo período de tempo integrado na região administrada pelo reino do Congo, mas a partir do século XVI conheceu uma rápida expansão. O que o levou a alcançar certos níveis de estruturação. Assim, o reino do Ndongo procurou igualar-se ao reino do Congo.

Este era o estágio de organização dos dois reinos. Mas a interacção com os portugueses foi a primeira forma de ligação com o mundo exterior. Esta relação, tímida no começo, ganhou força, na medida em que as dádivas portuguesas eram atraentes. Mas, em compensação, os portugueses recebiam outros produtos, incluindo alguns escravos.

Os contactos entre as partes prosseguiram, mas os cinco principais objectivos estabelecidos pelos portugueses, nestas paragens, estavam longe de ser alcançados. Os objectivos eram: 1) estabelecimento de colónias agrícolas de brancos na costa, 2) conquista de espaços territoriais amplos no interior para propriedades de colonos, 3) identificação de uma mina de prata, 4) controlo da rota do comércio do sal para obtenção de dízimos e 5) criação de uma comunidade cristã (David Birmingham). Diante do malogro, os esforços portugueses continuaram com o fito de concretizar os planos em carteira. Comentado o estado das coisas, David Birmingham destaca o seguinte:

Apesar de não terem sido atingidos [...] os objectivos declarados na carta de doação de 1571, o projecto foi bem sucedido noutra direcção. Os colonos conseguiram estabelecer um pequeno Estado [cidade de São Paulo de Luanda e fortalezas no interior] entre os Mbundu ocidentais. Aqui, o tributo não era pago a um chefe tradicional, mas sim a um oficial do exército português. Este processo provou ser altamente eficaz no que respeitava à acumulação de escravos, proporcionando ao novo Estado receitas de exportação. No fim do séc. XVI, o sucesso do sistema era tão fenomenal que a exportação de escravos, através de Luanda, ascendendo a cerca de dez mil indivíduos por ano.

Embora os resultados fossem estrondosos no domínio da escravatura, as coisas tendiam para o descalabro devido às hostilidades dos Mbundu, ao impacto do novo tipo de escravatura, às incursões militares no *hinterland* de Luanda e ao recuo de várias comunidades da “fronteira escravizante”, como forma de fugir a onda da escravatura desenfreada. Diante dos obstáculos, organizaram-se “campanhas de razia” como contra medida. As “campanhas de razia” fizeram-se acompanhar, de maneira geral, de violência.

Estas palavras ilustram bem o que era Portugal e quais eram os seus interesses. Estamos diante de uma unidade política que tinha um discurso estruturado e objectivos claros, cuja pedra fundamental era a conquista. O que implicou o recurso aos meios violentos, face à resistência da parte contrária. Do outro lado, estavam os reinos do Congo e do Ndongo. O primeiro não teve tantas dificuldades em interagir com os novos desafios, mas o segundo não se adaptou e produziu o discurso de “contração e resistência”.

Foram os elementos enumerados e outros, que se interpuseram no âmbito das relações que se estabeleciam entre Portugal e os reinos da África Central Ocidental, que deram lugar às guerras. No decorrer dos tempos, como é evidente, surgiram outros desafios derivados de factores exógenos e endógenos que deram outra coloração as coisas, como teremos a oportunidade de ver mais adiante. Uma vez feita a explicação sobre Portugal e sobre os reinos da África Central Ocidental, com predomínio para o Congo e Ndongo, resta caracterizar as guerras.

II A Caracterização das Guerras de 1575 a 1680

Vamos iniciar a análise sobre as guerras, começando por descrevê-las em conformidade com a cronologia e o espaço geográfico, para depois agrupá-las e classificá-las. Mas no decorrer da exposição, apesar de já terem sido avançadas as causas das guerras, vão ser considerados outros dados, pois sem os quais as realidades podem ficar distorcidas.

De acordo com aportes históricos, a primeira referência sobre as guerras é relativa às invasões jagas. Essas invasões tiveram lugar entre 1567 e 1568. Em 1569, as invasões jagas destruíram o reino do Congo. Diante dessas invasões, os portugueses socorreram dom Afonso I, rei do Congo. Depois de um ano e meio de embates, finalmente, os portugueses expulsaram os jagas do território do Congo. A expulsão deu-se em 1575. A estabilidade retornou, assim, ao reino do Congo.

Tratou-se de uma invasão, seguida de acções de rapina. Mas a intervenção portuguesa foi um acto bem architectado, visto que ela sedimentou a sua presença e criou outros valores de referência no seio do reino do Congo e nos territórios adjacentes. Entretanto, a guerra continuou nos tempos que se seguiram, pois o explorador Paulo Dias de Novais regressou à África Central Ocidental para se instalar nas terras que constavam da carta donatária. Desta vez, ele veio com apetrechos de guerra (infantaria, artilharia, munições, etc.) devido às sevícias por que passou, durante a sua estadia inicial nestas paragens. Assim começou o capítulo da guerra pela afirmação no território doado e a empreitada para a conquista de outras terras onde supunham existir ferro e prata.

Tal como consta da narrativa, entre 1580 e 1582, Paulo Dias de Novais direccionou esforços para as regiões de Quissama, Muxima, Mocuba e Cambambe. Por isso, os primeiros embates de Paulo Dias de Novais travaram-se ao longo do vale do rio Cuanza (Ilídio do Amaral, 2000, p.137). E só depois marchou em direcção a Massangano, onde acabou por instalar o forte de N. S. Vitória de Massangano. Foram dois anos de marchas e embates, visto que a correlação de forças era – segundo António de Oliveira de Cadornega – de “um para cem”. Isto é, para cada soldado português havia cem mbundu. Mas as tropas de Paulo Dias de Novais levaram a melhor, a partir do embate de Anzele, devido ao domínio dos meios de fogo.

Paulo Dias de Novais penetrou até Massangano e fixou os primeiros marcos da conquista. Daqui para frente, os seus sucessores tiveram como preocupação a manutenção das conquistas e o seu alargamento, o que passou pela subjugação do reino do Ndongo e demais reinos. Assim, de 1591 até 1617, prosseguiu a campanha de conquista e aconteceram três situações dignas de realce.

A primeira foi a guerra entre sobas da região de Quissama, que demandou a intervenção das armas portuguesas para o restabelecimento da paz. A segunda teve a ver com o aparecimento da rainha Nginga na cena política e o incitamento que ela fez aos seus súbditos para se sublevarem contra a presença portuguesa, o que implicou lutar contra eles. A terceira situação foi a atitude de Manuel Serveira Pereira, que começou a controlar a região de Cambambe e instalou aí uma fortaleza com o mesmo nome. Daqui para frente surgiram outros desenvolvimentos. Um foi o novo cenário de guerra que se criou, quando a Rainha Nginga começou a sua actividade guerreira em 1623. O outro foi que a guerra, em 1623, já não se limitava somente ao reino do Ndongo. Nestas condições, as forças portuguesas lutavam em diversas direcções. Nessa luta perseguiram algumas forças jagas até ao território do reino do Congo, onde os portugueses desencadearam guerra contra esse reino.

De 1623 até 1639, todos os governadores e capitães do reino de Angola e conquistas prestaram atenção à manutenção das conquistas e direccionam meios e forças contra as acções da Rainha Nginga, que volta e meia urdia intrigas e incitava os sobas seus súbditos.

É assim que, em 1626, Bento Banha Cardoso dirigiu uma ofensiva contra as forças da Rainha Nginga que se encontravam nas ilhas de Quindonga. Nesta luta renhida entre as partes, ora a rainha pedia tréguas, ora ela passava ao contra-ataque. Depois a Rainha Nginga retirou-se do combate e rumou para o reino de Matamba, onde ela imperou. Quer dizer, a Rainha Nginga atacava as forças portuguesas e as forças indígenas que estavam do lado conquistador. Nesse mesmo período de tempo, de forma esporádica, os portugueses organizavam incursões contra sobas revoltos, a exemplo do soba Dembo (1630). Assim as coisas se desenrolaram até 1639.

De 1639 a 1641, a natureza da guerra não se alterou muito. Mas era visível o vigor nas acções da Rainha Nginga. Além disso, há que considerar outro factor. Em 1639, o governador Pedro César de Menezes encontrava-se militarmente melhor equipado do que qualquer antecessor seu. Nginga apercebeu-se desse facto, preferiu entabular conversações e enviou um emissário ao governador Pedro César de Menezes. Em 1641, entretanto, os holandeses ocuparam a cidade de São Paulo de Luanda e alguns pontos ao longo do litoral. Diante da investida flamenga, só restou ao governador e as gentes da cidade rumarem para a praça de Massangano.

Com a presença holandesa ocorreram novos factos. Surgiram as alianças do reino do Congo e de Nginga com os holandeses. A Rainha investiu contra os portugueses e contra o soba Quitexi Candambi da região dos Dembos, bem como os holandeses participaram em acções contra o referido soba. Os portugueses capitularam diante do poder flamengo e mais tarde tiveram lugar pequenas refregas entre as forças portuguesas e flamengas.

De 1645 a 1648, registaram-se pequenos embates entre portugueses e holandeses. Ao mesmo tempo, D. João IV enviou socorro para acudir às tropas portuguesas encurraladas. O socorro chegou através de Francisco de Souto Maior e era composto de “Artilharia, Armas e munições, e mais apresto de guerra” (António de Oliveira de Cadornega, 1972, p. 357). Francisco de Souto Maior assumiu as rédeas da governação e estabeleceu como prioridade o derrube da Rainha Nginga, não obstante a situação crítica em que se encontravam. Criadas as condições, ele marchou com todas as tropas e investiu contra ela. Os flamengos não lhe puderam socorrer. Essa investida foi de grande envergadura, mas a Rainha saiu ilesa e rumou para um sítio incerto.

A natureza da guerra não se alterou. Ora atacavam os portugueses, ora atacavam os flamengos. Noutros momentos, e sempre que pudessem, os portugueses investiam contra sobas desobedientes mas os flamengos saíam em defesa dos mesmos. Até que, passado algum tempo, a Rainha Nginga reapareceu e atacou, conjuntamente com os holandeses, Massangano. Mas, para alívio das forças sitiadas em Massangano, outro socorro estava a ser preparado. É assim que, em 1647, a missão foi incumbida ao General Salvador Correia de Sá e Benevides, que criou condições para o efeito. No meio do cerco, e da pressão que se exercia sobre o forte de Massangano, veio a notícia de que a cidade de São Paulo de Luanda tinha sido restaurada pelo General Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1648. Os holandeses renderam-se perante a supremacia evidente das forças do insigne general.

A acção de Salvador Correia de Sá e Benevides foi um desembarque marítimo de forças e meios, seguido de incursões contra as tropas flamengas entrincheiradas na cidade e noutros pontos. As acções duraram dias. Depois desencadearam outras operações a fim de retirar os flamengos dos fortes no interior e em localidades ribeirinhas, a exemplo de Benguela.

O acto da restauração não tem paralelo, comparativamente com as refregas que temos relatado até aqui. Os efectivos provenientes do Brasil, que participaram do desembarque, eram significativos em comparação com a parte contrária. Logo, os holandeses tiveram poucas possibilidades para resistir.

Antes de continuar a caracterizar as guerras em questão, há que tecer outras considerações à volta da guerra de restauração de 1648. A restauração não visava tão-somente retirar os flamengos do local em que se encontravam, mas era a via pela qual se podia restabelecer o comércio de escravos que alimentava os engenhos de açúcar e outros serviços no Brasil, que se ressentiam imenso devido à ocupação dos flamengos. Daí que a restauração tinha que ser feita a qualquer preço. Pelo que diferentes entidades do Brasil dispuseram-se a auxiliar, e 1200 homens, de Salvador Correia de Sá e Benevides, foram pagos de pronto para a execução da empreitada.

Continuando a descrição, há que sublinhar que o carácter da guerra não se alterou de 1648 a 1663. Isto é, tudo fizeram no sentido de assegurar as conquistas; manter o fluxo de fornecimento de escravos; castigar sobas revoltos e socorrer sobas aliados. No entanto, apenas duas situações demandaram maiores esforços: o embate com o soba Angolemen Acayta e seus confederados, todos da região dos Dembos, e a acção contra Caculo Cahenda.

Em 1664 ocorreu, porém, um facto sem precedentes em toda a história das guerras. Tratou-se mais concretamente do embate de Ambuíla. A este respeito António de Oliveira de Cadornega, nos seus escritos, descreve o seguinte facto:

Este foi o mayor conflito em que se virão os nossos, que foi tal o impeto e resolução que estivemos entrados daquelles inimigos, mas implorando auxilios da May de Deos, Senhora da Nazareth, e do nosso Santo Portuguez, se lhe infundio novas forças com que sustentarão seus postos fixos rebatendo aquela maquina, não deixando em todas as continuas investidas do inimigo haver da nossa parte mortes e muita gente ferida.

Conforme reza a história, o embate de Ambuíla decorreu de um conjunto de situações em que estiveram envolvidos o rei do Congo, dom António Manimulaza, e a fidalguia do referido reino. Depois se seguiram os ataques do capitão geral do reino do Congo, Duque de Bamba, contra um arraial de portugueses, o que culminou nesse embate.

Os resultados foram estrondosos e instalaram o caos no reino do Congo, visto que morreram o rei, parte da fidalguia, etc. Esta vitória dos portugueses foi amplamente aplaudida e mereceu rasgados elogios ao longo dos tempos. Na historiografia portuguesa do século XX, Gastão Sousa Dias destacou de forma efusiva o sucedido e considerou o facto como que uma batalha. Ao ponto dele publica, em 1942r a obra intitulada: *Batalha de Ambuíla*.

De 1664 a 1680, a rotina da guerra foi a mesma e os objectivos mantiveram os mesmos: conquistas e escravos. Também a situação encontrava-se relativamente controlada, de um modo geral, nos reinos do Congo, da Matamba, do Ndongo e nos Estados livres da Kissama (Beatrix Heintze, 2000, pp. 117 a 146). Este era o estado das coisas em 1680.

III A Abordagem Crítica das Guerras de 1575 a 1680

Conforme sublinhámos, a abordagem crítica das guerras em análise é feita com base na Polemologia, na Sociologia do Conflito e na Teoria de Combate. Para o efeito, antes de mais nada, convém passar em revista o conceito de guerra para verificar se as guerras que relata António Oliveira de Cadornega se coadunam com o conceito clássico de guerra.

A guerra tem sido interpretada e abordada de inúmeras formas. A abordagem técnico-militar, por exemplo, considera a guerra como um choque violento entre entidades sociais hostis. Seja como for, a melhor maneira para se interpretar o fenómeno guerra é a partir dos seus traços distintivos. O fenómeno guerra tem dois traços distintivos. Ele reveste-se de carácter colectivo (grupo) e pressupõe luta armada (virulência). Isto equivale dizer que a guerra é um fenómeno social que envolve grupos concretos e onde a violência está patente independentemente do seu grau.

Vistos os dois traços característicos da guerra, convém considerar também que o fenómeno guerra implica identificar mais dois aspectos. Um é a finalidade (ordem colectiva) e o outro é a motivação (ordem individual) subjacentes numa guerra. Significa dizer que uma guerra resulta sempre de uma motivação individual (predisposição para o feito), mas persegue sempre objectivos estabelecidos por um grupo em conformidade com a sua natureza. Além disso, há mais dois aspectos intrínsecos ao fenómeno guerra que são: o seu carácter jurídico e organizado.

Por isso, a guerra implica organização e tem como suporte o direito formal ou o direito consuetudinário (Gaston Bouthoul, 1966, p. 46). À margem disso, a guerra manifesta-se em forma de combate. Combate que pode envolver “um grupo determinado de homens, tribos, nações, povos ou Estados contra um grupo idêntico ou similar”. Estes são os elementos a considerar no momento em que se estiver a estudar o fenómeno guerra, independentemente de outros aspectos.

Segundo a Polemologia, a guerra é a luta armada e com derramamento de sangue. Por esta razão, a guerra é feita de combates e produz vítimas. Logo, só estamos diante do fenómeno guerra, do ponto de vista da Polemologia e da experiência acumulada, quando uma guerra se apresenta com as características enumeradas. Vamos prosseguir a análise, no entanto, para incorporar o ponto de vista da Sociologia do Conflito.

A Sociologia do Conflito diz que um conflito resulta sempre do confronto motivado por um choque intencionado, que pode suceder entre dois seres ou grupos de uma mesma espécie, que manifestando uma intenção hostil procuram, nesse caso, desarticular a resistência do outro, fazendo recurso à violência com o propósito de aniquilar o oponente (Julien Freud, 1995, p. 50). Aqui a atenção também se centra sobre a violência e o fim é o aniquilamento da parte contrária. Isto é guerra, porque a violência gera violência e passa pelo derramamento de sangue e pela perda de vidas. Significa dizer que quando um conflito social implica combates e vítimas, ele já não é um mero conflito, mas sim é uma guerra.

Tendo em conta as considerações expostas, e olhando para os traços característicos do fenómeno guerra, podemos salientar que a guerra é um conflito armado. A guerra é um conflito armado por excelência, na medida em que se recorrem aos meios armados para atingir determinados objectivos. Sem esquecer que o emprego de meios armados exige de uma forma geral forças armadas, independentemente do nível de organização social. Para tornar esta análise muito mais fecunda, há que produzir, porém, outras considerações com base na Teoria de Combate (esta é a teoria que estuda o combate como tal).

Deste ponto de vista, a guerra é uma forma concreta de combate. Sendo assim, vamos explicitar o conceito de combate militar.

Combate militar, de uma maneira muito precisa, é uma forma violenta e planeada de luta entre dois contendores e onde pelo menos um dos contendores é uma força armada organizada. Este é o conceito de combate militar. Outro traço intrínseco ao combate militar é que, pelo menos, um dos contendores tem que ter os seguintes objectivos: 1) controlar um território ou uma determinada população; 2) impedir o oponente de dominar e controlar um território ou uma população; 3) proteger a sua população e 4) dominar ou incapacitar o oponente (T. N. Dupuy, 1990, p. 104).

Dito isto, daqui para frente interessa continuar a análise das guerras de 1575 a 1680 à luz das três teorias delineadas. Passemos à descrição dos factos. Os dados avançados possibilitam ver que estamos de facto em presença do fenómeno guerra, com excepção de alguns episódios. O que relata António de Oliveira de Cadornega são guerras e elas correspondem ao conceito de guerra esboçado, bem como aos traços que caracterizam o fenómeno guerra. Guerras que se fizeram num contexto específico e que possuem um conjunto de particularidades que já vimos e outras que vamos ver.

O sentido de guerra está patente devido à natureza das guerras e aos meios guerreiros das partes contendoras. As guerras em análise demonstram que estiveram em confronto dois ou mais grupos sociais concretos, e os intervenientes nos combates sofreram baixas. As vítimas não foram poucas. Os intervenientes nas guerras organizaram-se, uns em forças armadas e outros não, e todos tinham objectivos claros. Uns pretendiam controlar o território e as populações, e impor o seu ponto de vista. Os outros procuravam impedir esses objectivos e resistiam com o máximo das suas forças. Uns e outros fizeram tudo para incapacitar a parte contrária. Convém, contudo, ver como são os contendores do ponto de vista militar, para facilitar o entendimento sobre outros aspectos.

O que era Portugal do ponto de vista militar?

Antes de responder à pergunta, há que ter em conta os dados sobre os séculos XVI e XVII em termos da arte militar. Os séculos em referência integram a parte da arte militar do período militar manufactureiro. A arte militar do período em questão abarca a segunda metade do século XVI até ao século XIX e engloba três etapas. Deste modo, os séculos XVI e XVII fazem parte da primeira etapa (aparecimento do período militar manufactureiro). A arte militar da primeira etapa foi determinada sobretudo por factores políticos, económicos e sociais, por que o factor técnico-militar não era decisivo e as armas de fogo eram pouco expressivas e sem alterações significativas, bem como o seu impacto sobre a organização militar era incipiente. As armas de fogo tinham, nesta fase, pouca precisão e o seu manuseamento era delicado (sobretudo as armas de infantaria). Estes aspectos condicionaram muito as organizações militares e os combates da época, bem como os fins que perseguia uma determinada força armada.

Portugal, nesta época, já tinha uma instituição militar sob comando do rei e se encontrava ao nível da arte militar esmiuçado. Possuía um exército que já dominava os meios de fogo, que acentuavam a violência e produziam resultados. Portugal tinha, para bem dizer, uma organização militar mas condicionada por diversos factores. Embora Portugal, em termos de organização militar, se encontrava nesse estágio de desenvolvimento, mas isto não constituiu elemento de força para levar de vencida, de uma só vez, as forças contrárias. A duração da guerra, considerada no seu todo, é a prova irrefutável.

Agora há que fazer outra pergunta. Qual era a organização militar dos povos da África Central Ocidental (reinos do Congo, Ndongo, Matamba, etc.)? Os dados atestam que eram povos sem organização militar mas eles tinham organizações armadas, dispondo de meios de defesa para enfrentar as adversidades do quotidiano. O uso do ferro, no estágio de desenvolvimento em que se encontravam, proporcionava a feitura de instrumentos guerreiros. Diferiam dos instrumentos guerreiros da parte contrária, mas o grau de letalidade era acentuado. Além de que dispunham de homens que se ocupavam exclusivamente com a defesa militar e o contacto com a parte contrária possibilitou adquirir meios de fogo, resultantes do espólio de guerra (outros foram fornecidos ou adquiridos).

As organizações armadas destes povos tinham um mínimo de estruturação. Por esta razão, António de Oliveira de Cadornega diz que as forças indígenas eram organizadas em esquadrões, chamados de mozengos. Isto, associado à psicologia guerreira, deu para enfrentar às forças contrárias e guerrearem-se uns aos outros, conforme as circunstâncias. Aliás, ao longo do texto sobre a *História das Guerras Angolanas*, Cadornega reitera, de forma ininterrupta, o carácter belicoso das organizações armadas dos povos autóctones.

Outro aspecto das guerras em análise é o comportamento das partes intervenientes. De parte de Portugal, a intenção de conquista e ocupação resultou da política régia, mais também era respaldada por certos círculos da sociedade e indivíduos. Logo havia motivação para fazer a guerra. A guerra que Portugal movia contra os povos indígenas apoiava-se no direito formal. Do lado contrário, não havia política no sentido literal do termo mas havia organização social e consciência de autodefesa (outra motivação), o que encontrava força nos costumes e na forma de interpretar o meio circundante. A guerra era feita com base no direito consuetudinário. Na verdade, a forma de organização social constituiu a forma impulsionadora para o despertar das consciências para defesa do espaço, dos costumes e para resistir, como podiam, aos desígnios contrários e fazer alianças contra o inimigo comum.

As guerras foram uma constante devido aos fins que eles perseguiram e à noção que as partes tinham a respeito da finalidade e do papel dessas guerras. Todos fizeram recurso às guerras para impor a sua vontade e para desarticular a parte contrária. As guerras fizeram jorrar muito sangue e produziram muitas vítimas de parte a parte. A crueldade e a falta de compaixão foram marcantes em vários momentos. E os combates eram preparados previamente, na maioria das vezes.

Por tudo isto e outras coisas, o que se passou foram, de facto, guerras. Aliás, António de Oliveira de Cadornega atesta a aspereza dessas guerras para demonstrar o seu valor enquanto guerras. E ele construiu o seu discurso apologético sobretudo para contrariar aqueles que consideravam as guerras relatadas como simples guerras do kuata! kuata! Comparando essas guerras com outras guerras, o sentido de guerra está evidente. Apenas se diferenciam de outras guerras devido ao nível de virulência, meios empregues, massa humana envolvida, etc.

Também as críticas que se fazem a determinados episódios rotulados como guerras, de 1575 a 1680, têm valor, visto que a noção de guerra não está explícita nesses momentos em que as acções foram mais direccionadas para a captura de escravos. O fim era capturar pessoas e transformá-las em escravas. Daí a designação de guerras do kuata! kuata!

No prosseguimento da análise, há que trazer para esta reflexão outras considerações. Na verdade, estamos diante de guerras cujos traços correspondem ao conceito de guerra patentado e às considerações da Polemologia, da Sociologia do Conflito e da Teoria de Combate.

Mas há que valorizar outros detalhes. De acordo com a Teoria de Combate, a guerra é naturalmente um conflito armado ou uma situação em que há beligerância. A beligerância, por sua vez, implica combate militar entre forças oponentes. Mas quando analisamos a questão do combate militar é preciso ter em conta a hierarquia do combate. Quer dizer, o combate estrutura-se por níveis e cada nível se estratifica de modo próprio. Assim, nesta reflexão, temos que respeitar a hierarquia estabelecida pela Teoria de Combate. Aliás, este procedimento é prática corrente em determinados estudos histórico-militares. Não temos outra saída.

Para o efeito, as guerras que António de Oliveira de Cadornega relatou, do ponto de vista da duração, umas duraram poucos dias e outras duraram meses. Vistas no seu conjunto, elas duraram anos e inclusive gerações, para não falar de mais de um século. Do ponto de vista da duração, uma guerra pode ser curta ou longa.

Outro elemento notório é que nessas guerras o combate militar foi sustentado sobretudo pela acção militar. A acção militar é uma forma concreta de combate. As acções militares que se desencadeavam não ultrapassavam as vinte e quatro horas (factor duração), além disso as acções eram feitas com pequenas unidades (factor tipo de unidades implicadas) e os objectivos que perseguiam eram locais (factor ameaça comum).

Fica assim evidente que os níveis de combate, das guerras de 1575 a 1680, foram essencialmente dois: acção militar e guerra. As guerras em causa não produziram outros níveis de combate. Por exemplo, não ocorreu nenhuma batalha. Também é verdade que a totalidade das acções militares levadas a cabo pela força armada mais organizada, podemos designá-las como campanhas na medida em que se fizeram várias operações relacionadas no tempo e espaço, e que se encaminharam para o mesmo objectivo. E como a guerra é o nível mais elevado do combate militar, a denominação que António de Oliveira de Cadornega atribui à sua obra é correcta.

Como não houve registo de outros níveis de combate, o que é que forçou Gastão de Sousa Dias a classificar a acção militar de Ambuíla como uma batalha? Não será que estamos em presença de um massacre? Devido à dimensão do acto, há que investigar as coisas.

Vamos, em primeiro lugar, analisar as causas que estiveram na origem da denominada Batalha de Ambuíla. As causas do acontecimento são as seguintes: falta de escravos (como consequência directa das resistências do Rei do Congo, da rainha Nginga e da província da Quissama), assassinato do marquês de Pemba – aliado dos portugueses (assassinado por ordem do Rei do Congo – Quimpaco), entraves aos comerciantes portugueses (o Rei do Congo não permitia o comércio de forma livre no seu território), retenção de escravos (o reino do Congo dava guarida a escravos fugitivos e outros), morte do jaga Calandula – aliado dos portugueses (foi degolado por ordem do Rei do Congo), incumprimento das cláusulas da capitulação (assinada entre o Rei do Congo e Salvador Correia de Sá e Benevides, depois da restauração de 1648) e mina de cobre (por indicações régias era preciso descobrir a dita mina). Também se acrescenta o facto de que o reino do Congo se tinha aliado aos holandeses e dizia-se que o mesmo procurava obter a suserania junto de Roma ou Madrid.

Devido às causas enumeradas, e a intransigência de D. António Manimulaza, os portugueses decidiram levar, mais uma vez, a guerra ao reino do Congo. Quando os congueses se aperceberam da intenção do governador Vidal de Negreiros, o “estado de guerra” tomou conta deles. Ou seja, como disse e bem o próprio Gastão de Sousa Dias, eram “massas indígenas levantadas”. Assim, estado de guerra não é sinónimo de guerra e nem pode ser entendido como tal.

Mas como o objectivo era a mina de cobre, Vidal de Negreiros ordenou a movimentação das tropas rumo ao Outeiro do Embo. Quando Lopes de Sequeira marchava com os seus homens em direcção ao objectivo, ele apercebeu-se da movimentação das “massas indígenas levantadas”. Fez a interpretação das forças contrárias do seu jeito e pediu reforços. Conseguiu assim concentrar 7360 homens, dos quais 360 portugueses e 7000 indígenas. Entretanto, as forças conguesas foram avaliadas em 100 000 homens, com uma vanguarda de 20 000 sob comando de Duque de Bamba.

O combate, conforme se relata, durou seis horas. Ao fim das seis horas, tombaram 5000 congueses. As forças sob comando de Lopes de Sequeira saíram vitoriosas e o facto comemoraram até à exaustão. Estes são os dados sobre a Batalha de Ambuíla.

Em segundo lugar, passemos à sua interpretação.

A primeira constatação é que houve exagero na leitura dos sentimentos das “massas indígenas levantadas”. Foi a única e a primeira vez que sucedeu um levantamento do género, não houve coisa análoga na história do conflito. Segundo, havia interesse deliberado em impor a vontade de Portugal a qualquer preço, visto que a mina de cobre era o objectivo. Terceiro, ocorreu de facto o embate com as tropas de Duque de Bamba, mas o número de homens armados é falso. Se não vejamos, 100 000 homens armados de flechas, zagaias e algumas armas teriam infligido, em abono da verdade, um golpe duro às forças de Lopes Sequeira.

Era impensável, naquelas condições, armar 100 000 homens. Aliás, nenhum reino em Angola conseguiu armar tantos homens, além do mais esses reinos transformavam o ferro com limitações e tinham pouquíssimas armas. A grande verdade é que as “massas indígenas levantadas” se encontravam desarmadas. E como as forças de Duque de Bamba foram incapazes de dar luta, então a chacina começou. As peças de artilharia, como eram as armas com mais precisão, despejaram tudo sobre as pessoas apinhadas. Assim morreram 5 000 congueses. Há, porém, mais um dado que não pode passar despercebido, na medida em que ele reforça o sentido de chacina.

Ao longo da *História das Guerras Angolanas*, não há nenhum registo sobre tamanha mortandade. Estamos diante de um autêntico massacre. Massacre, à luz da Polemologia, não é guerra. Podemos dizer que se trata do massacre de Ambuíla e não da *Batalha de Ambuíla* (este combate não reuni requisitos de uma batalha. As batalhas da época possuem características próprias). E não foi o que aconteceu. A acção de Ambuíla durou apenas seis horas, e foi numa lufada. O acontecimento tem sido referido, entretanto, em vários textos históricos.

Tais textos fazem a mesma leitura sobre os acontecimentos de Ambuíla. É assim que Luiz Felipe de Alencastro, na obra *O Trato de Viventes*, não foge à regra mas introduz dados que são essenciais para análise desse combate, desde um certo ponto de vista. Ele menciona táticas de guerras brasílicas, mosquetes e espingardas “a roldete e a percussão” empregues pelos capitães do General Vidal de Negreiros que, do seu ponto de vista, contribuíram para o resultado que se alcançou. O texto de Luiz Felipe de Alencastro é o primeiro, a nosso ver, a reportar essas táticas e meios, que enriquecem a análise histórico-militar dos factos. Logo, do ponto de vista analítico, devemos ter em conta o elemento brasílico nas guerras angolanas, mas também é preciso perceber que – conforme diz Luiz Felipe de Alencastro – tais “táticas devem ser consideradas como contribuições do lumpencolonialismo brasílico”.

Quanto ao resultado da acção, ele destaca o seguinte: “ De certo modo, a batalha representava o choque das alternativas que se apresentavam à expansão portuguesa: a pilhagem e o comércio, a conquista militar e a política de governo indirecto [...]. O desfecho da batalha vai ilustrar o prolongamento da política luso-brasílica de pilhagem no teatro da África Central (Luiz Felipe de Alencastro, 2000, 293-294)”.

Conclusões

Em jeito de conclusão, podemos dizer que passámos em revista os dois primeiros tomos sobre a *História Geral das Guerras Angolanas*. A conclusão que devemos tirar é que António de Oliveira de Cadornega deixou, de facto, uma grande obra. Não só pelo facto de ser a única do género que relata um conjunto de acontecimentos, mais sobretudo porque a mesma contém um manancial de informações de grande valia.

A obra de António de Oliveira de Cadornega tem utilidade para diferentes ramos do saber, com preponderância para a História, Antropologia, Sociologia, Etnologia, Linguística, História Militar e Geografia. Ela permite fazer outros estudos e compreender diversas questões.

Finalmente, as Guerras Angolanas, até 1680, foram mesmo guerras.

